

EUROPA

Volatilidade financeira



**António
Correia de
Campos**

A cerca de seis meses do termo da alimentação parentérica financeira que recebemos, via Troika, vamos ter que regressar aos mercados financeiros internacionais para alimentar o nosso resiliente défice e a nossa muito ampliada dívida pública. Estamos ainda muito longe do ajustamento útil, devido à sangria na receita derivada da paralisação económica que o súbito e brutal aumento de impostos, corte de subvenções sociais, ordenados e pensões provocaram na economia portuguesa. A atividade económica continua a regredir, encerrando 2012 no vermelho acentuado, a -3,2%, abaixo da previsão governamental de -3,0%. Pior que tudo, o desemprego atingiu 16,9%, mais cinco décimas que a previsão do Governo. Este cocktail explosivo de redução drástica do consumo, e desemprego aumentado foi agora complementado com a desaceleração das exportações para a Europa, ela própria a registar crescimento negativo de 0,6%. Como sabemos, não faltaram avisos a tempo sobre o erro do aumento de impostos, sobretudo o IVA pela sua consequência direta na

redução do consumo. O que se passou na restauração é paradigmático da impreparação do Governo e da sua cegueira em seguir manuais que não acolhem as variadas mutações da realidade. Subir o IVA na restauração de 13 para 23% significou obrigar os restauradores a um pagamento regular acrescentado de um valor cada vez mais declinante. Tentaram absorver os encargos fiscais crescentes, mas a clientela ia-se evaporando, empobrecida pela sangria fiscal. O resultado foi uma redução generalizada da colecta de IVA, não apenas na restauração. O que tem de mais notável o caso dos restaurantes é serem na sua maioria PME operadas por iniciativa familiar, um casal ajudado por um ou dois empregados. O que significa que cada restaurante que encerra envia para o desemprego uma média de três pessoas, provoca um corte na receita para o senhorio e a anulação de um conjunto de pequenas atividades e fornecimentos associados à restauração. E naturalmente, onde havia uma receita fiscal de IVA a 13% passou a haver receita nenhuma.

Os nossos doutos economistas, intoxicados de tanta leitura sobre choques assimétricos, não têm tempo para conhecer a vida real, pois entendem que os modelos econométricos "bem calibrados", publicados em revistas aca-

démicas de prestígio substituem a realidade. "Presunção e água benta, cada um toma a que quer", salvo quando a presunção agride o cidadão inocente, cujo único erro foi confiar a gente desta a condução do País.

Neste contexto ainda declinante, os nossos governantes embandeiraram em arco com um primeiro sucesso de empréstimos abaixo de 6% de juros. Claro que é melhor seis que sete e ainda melhor que doze, cotação a que já esteve o diferencial de risco da nossa dívida em relação a dívidas de países de referência. Um descida que todos sabemos dever ser atribuída à decisão anunciada no fim do verão pelo Banco Central Europeu (BCE), de poder comprar toda a dívida secundária de países que se encontrem em dificuldades. Mas sabemos também, de aritmética simples, que 5,8% é insustentável numa economia que declina ou crescerá em futuro ainda distante, a 1 ou 2%. Tem de bom o poder ser o sinal de posteriores descidas. Sol de pouca dura. Logo na semana seguinte, a cotação do spread atingia 6,3%, encontrando-se a flutuar numa faixa próximo desse valor. Se Portugal nada de real ganhou, apenas no simbólico, houve quem ganhasse com esta situação: os que compraram dívida soberana nacional um ano atrás, por menos 12% que o seu valor facial,

venderam-na agora com um valor seis pontos percentuais acima. Foi o que aconteceu com pelo menos dois bancos nacionais, ganhando também com a venda da sua própria dívida parqueada a um valor inicial menor. Nada a opor a que nos relatórios e contas se tenham vangloriado de tal feito, só que foi conseguido à custa da concentração de recursos e atenção nas aquisições financeiras, negando crédito ou oferecendo-o a preços impossíveis a investidores e exportadores.

Que vai então acontecer em 2013? Muito provavelmente a cotação da nossa dívida soberana vai evoluir em dentes de serra, permitindo vendas com pequeno ganho e imediata aumento do spread. Uma vez mais ganharão os investidores financeiros do curto prazo, sempre atentos à pequena variação. Os recursos continuarão a escassear para o desenvolvimento. Será possível que obtenhamos melhores condições no mercado financeiro, fruto da política do BCE, mas sempre com a espada de Damócles em cima das nossas cabeças, de cada vez que as agências de rating observem o nosso declínio, sem sinais de inversão. Até que os nossos políticos decidam falar grosso em Bruxelas e os de Bruxelas comecem a recear a depressão a entrar-lhes pela casa grande do norte da Europa.

Orçamento, União afunda-se, Portugal perde 3 mil Milhões



**Luís Paulo
Alves**

Após 26 horas de reuniões, os 27 Estados Membros chegaram a acordo sobre o teto máximo dos compromissos para o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, 960 mil milhões de euros. Uma redução de 32,5 mil milhões de euros em relação ao Quadro Financeiro 2007-2013. Um valor que David Cameron fez questão de torpedear, impondo um plafond para o valor máximo de desembolsos efetivos, que é o que realmente interessa, de 908,4 mil milhões de euros. Tecnicamente, esta proposta do Conselho, apresenta um deficit, na medida em que o nível de Compromissos apresentados é muitíssimo superior ao nível de Pagamentos, algo que os Tratados não permitem e que o Parlamento tem de esclarecer. Por outro lado, se atendermos que a Comissão Europeia e Durão Barroso defendiam na sua proposta 1045 mil milhões de euros,

percebemos claramente que a distância que vai entre o que a Comissão Europeia considera serem as necessidades para financiar a sua estratégia de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que denominou Estratégia 2020, e para responder convenientemente também às novas competências que o Tratado de Lisboa lhe veio trazer, está uma distancia abissal de 136,6 mil milhões em disponibilidade de recursos financeiros, que a não ser corrigida pelo Parlamento Europeu deixa a União Europeia sem estratégia de desenvolvimento para os próximos 7 anos. Tudo isto numa altura em que, como bloco económico, estamos a perder competitividade continuamente face aos outros espaços económicos mundiais e estamos a atravessar um difícil período de recessão económica e de desemprego. Quando se exigia visão, líderes políticos com estatura, capazes de definir um orçamento europeu para incentivar políticas de desenvolvimento comum, de contra ciclo às políticas de austeridade nacionais, as-

sumindo com coragem e entusiasmo as rédeas do regresso da União como espaço de progresso e de vanguarda do desenvolvimento, os Chefes de Estado, seguindo as suas agendas nacionais, os seus calendários eleitorais, pequeninos na sua visão do futuro, lutaram cada um pelo seu pedaço de vitória doméstica e abandonaram a União. Perderam os europeus.

Com o acordo do Conselho para um orçamento que é reduzido pela primeira vez na história da União, Portugal perde também 3 mil milhões de euros face ao último quadro Comunitário, segundo os dados disponibilizados pelo governo. Vamos ter menos 2,3 mil milhões de euros para a Política de Coesão e menos 700 milhões de Euros para o Desenvolvimento Rural, segundo estas primeiras informações. Podia ter sido pior? Podia. O governo na competição pelo bolo minguaado saiu-se bem? Saiu-se, pelos dados que disponibilizou. Mas os agricultores vão ter menos 700 milhões de euros em relação ao que dispunham até aqui para investir, quando

precisam de se modernizar, e os Portugueses que ambicionam por convergir para o nível de vida dos outros cidadãos europeus vão ter menos 2,3 mil Milhões de euros do que tinham até agora para o fazer. Pode ter ganho o Governo, mas perderam os Portugueses.

Este é o atual estado do país e da Europa, presos a chantagens e lógicas aritméticas de austeridade. Os níveis de desemprego são sintomáticos de um modelo social europeu que definha. E vamos-nos afastando da primeira linha do mundo que avança e se desenvolve. Por isso é revoltante a atual proposta orçamental que representa em compromissos 1% da riqueza europeia e em disponibilidades financeiras 0,95%. Precisamos de um orçamento mais robusto para apostar na coesão e em áreas de elevado valor acrescentado, para crescermos, criarmos emprego e oferecer uma vida com dignidade a todos os europeus e a esperança tem de ser agora protagonizada pelo Parlamento.

Conselho e PE com posições diferentes sobre o orçamento da PAC

Capoulas Santos

O Conselho Europeu chegou finalmente a acordo, nos passados dias 7 e 8 de fevereiro, sobre a sua posição no que diz respeito ao Quadro Financeiro Plurianual da União, isto é, ao orçamento da UE para o período 2014/2020.

Os resultados comprovam, infelizmente, que o sonho de coesão e de solidariedade entre os Estados e os povos da Europa já conheceu melhores dias. Este é o primeiro orçamento da UE inferior ao anterior, precisamente quando mais se justificaria o contrário, para ajudar ao relançamento do crescimento da economia e do emprego. Recebi, nos últimos dias, vários pedidos de esclarecimento de muitos agricultores e de organizações agrícolas, sobre as reais consequências para a agricultura portuguesa desta decisão, uma vez que as informações veiculadas pelos "média" e as declarações do primeiro-ministro e de outros membros do governo evidenciaram contradições que provocaram nos interessados as maiores confusões, dúvidas e apreensões.

Primeiro que tudo importa esclarecer que esta decisão reflete apenas a posição do Conselho Europeu, isto é dos governos. A decisão final carece ainda da aprovação do Parlamento Europeu, no contexto da codecisão. Tenhamos em conta, porém, que alterar significativamente a posição do Conselho não será tarefa fácil, uma vez que a maioria dos deputados europeus pertencem aos partidos que sustentam os governos que tomaram a decisão. Contudo, convém não esquecer também que os deputados devem obediência aos seus eleitores e não aos seus partidos ou governos e que, algum destes, incluindo o português, assinaram certamente o que consideraram ser o menor mal e não o melhor acordo, porque este é, inequivocamente, um mau acordo para Portugal no que concerne às políticas agrícola e de coesão.

Aguardei com particular expectativa, enquanto Relator para a Reforma da PAC, as conclusões sobre a parte do orçamento para a política agrícola. Sobre o assunto, o Parlamento Europeu já se havia pronunciado, por largas maiorias, por mais de uma vez, a favor de um orçamento próximo do atual. E a Comissão Europeia também havia também apresentado a sua proposta, reduzindo-o em 10%. O Conselho aprovou agora uma redução ainda maior. Se a sua proposta prevalecer, a PAC terá menos 41 mil milhões de euros no I Pilar e menos 13 mil milhões no II Pilar (Desenvolvimento Rural), para o período 2014/20. Acresce ainda que a Croácia integrará a UE ainda este ano e que, também em 2013, dez dos doze novos Estados-membros concluirão o seu processo de "phasing-in" e passarão a receber 100% dos seus envelopes nacionais.

Teremos, pois, bastante menos dinheiro para bastante mais destinatários. Do lado do Parlamento, a negociação sobre o mesmo tema conduziu a resultados bem diferentes para Portugal. Na sua Comissão de



Agricultura, os deputados aprovaram, no passado dia 23 de janeiro, uma nova chave de repartição dos meios financeiros pelos Estados-membros, proposta por mim próprio, enquanto Relator do PE para a Reforma da PAC, respeitando os montantes globais da proposta da Comissão Europeia. Mesmo com uma redução média do orçamento em mais de 10%, Portugal teria um acréscimo de 362 milhões face à situação atual, no conjunto dos dois pilares. Com a decisão agora tomada pelo Conselho, a ter em conta o comunicado emitido no final do conclave, Portugal baixará a sua dotação no I Pilar, onde ocupa a 22ª posição do "ranking" dos 27, em cerca de 100 milhões de euros, e sofrerá uma ainda uma severa redução no II Pilar (Desenvolvimento Rural), que o próprio Primeiro Ministro, citado pela Lusa, estima em cerca de 500 milhões de euros. Neste II Pilar, o nosso envelope baixará de 4100 milhões para cerca de 3600 milhões para o conjunto do período de programação.

Contudo, aquilo que foi reiteradamente

proclamado na comunicação social pelo governo português, foi que obteve uma dotação "adicional" para o Desenvolvimento Rural de 500 milhões de euros. Ora, infelizmente, tal não corresponde minimamente à verdade. A decisão do Conselho diz que Portugal, beneficiará, dentro do seu novo envelope nacional, agora fixado em 3600 milhões, da possibilidade de ter financiamento comunitário a 100% em 500 milhões e de co-financiamento a 85% para os restantes 3100 milhões. Não haverá portanto qualquer acréscimo de 500 milhões, antes pelo contrário, haverá uma redução precisamente desse valor.

Custa-me assim a compreender a manifestação de regozijo do Primeiro-ministro e de outros membros do governo no rescaldo do Conselho Europeu, e abstenho-me de qualificar a postura ética do governo quanto à forma como decidiu transmitir ao país, e ao sector agrícola, os resultados do acordo que subscreveu em nome de Portugal. Vai entrar-se agora na decisiva fase de codecisão Conselho/Parlamento. Aliás, os quatro

principais Grupos Políticos do PE, incluindo aquele onde estão integrados os deputados dos partidos da coligação que governa Portugal, já se manifestaram contra as conclusões do Conselho de 7 e 8 de fevereiro e ameaçaram reagir em conformidade.

Desejo sinceramente que o acordo estabelecido no Conselho não contamine os deputados dos partidos que suportam os governos que o aprovaram e que os eleitos pelos povos da Europa corrijam a falta de ambição dos seus governos, tão necessária neste momento peculiar da história da UE.

O Parlamento Europeu dispõe agora de uma oportunidade única para dar uso aos seus poderes reais de codecisão, obrigando o Conselho a corrigir algumas das suas decisões de forma a que sejam traduzidas em atos concretos, as proclamações de maior justiça e equidade entre agricultores e entre Estados-membros recorrentemente feitas pelas instituições europeias no que diz respeito à repartição dos recursos financeiros da PAC.

Dar atenção aos sinais

Edite Estrela

A falta de sensibilidade política dos dirigentes europeus deixa-me preocupada. Nem os estudos de opinião nem as manifestações de rua nem a recessão económica e o descalabro do desemprego jovem são evidências suficientes para os fazer inverter o rumo. Contra tudo o que o mais elementar bom senso recomendava, o Conselho Europeu chegou a acordo sobre o orçamento da União Europeia (UE) 2014-2020. Depois de muitas reuniões, negociações e declarações, as propostas iniciais da Comissão Europeia e da Presidência do Conselho foram sofrendo sucessivos cortes até ao montante do consenso: 960 mil milhões de euros, com uma espécie de cativação de cerca de 5%. Nunca tal acontecera na história dos orçamentos comunitários. Pela primeira vez, o novo orçamento é inferior ao precedente. E com esta inédita fórmula, mesmo o baixo valor que foi consensualizado não poderá ser integralmente gasto. O orçamento da UE representa cerca de 1% do PIB europeu. Não se pode dizer que pese muito nos orçamentos dos países ricos e tem contribuído para estimular a economia e o emprego, garantir a coesão territorial e social e promover a inovação

e o empreendedorismo. No atual contexto, os fundos comunitários são o único investimento de que as economias mais débeis podem dispor para contrariar a “espiral recessiva” e combater o desemprego. Está provado que as políticas de austeridade estão a definir a economia, a empobrecer os cidadãos e a afetar a imagem da Europa no mundo. Os líderes europeus sabem que o que se passa na Europa não prejudica apenas os seus cidadãos, condiciona as expectativas de milhões e milhões de cidadãos dos outros continentes. Se o modelo social europeu falhar – parece ser esse o objetivo ideológico da direita que governa a maioria dos vinte sete Estados-membros – isso terá consequências imprevisíveis no resto do mundo, ao nível dos direitos humanos e dos direitos dos trabalhadores, do combate às desigualdades e à pobreza e do fomento da democracia e da paz. Quando a Europa mais precisava de um orçamento robusto para cumprir os objetivos da estratégia “Europa 2020” e transmitir um claro sinal de confiança, tanto a nível interno como externo, impediu a tacanhez dos pequenos líderes que, uma vez mais, se vergaram à falta de visão estratégica de Merkel. Cabe agora ao Parlamento Europeu fazer

o que lhe compete, negociar um verdadeiro orçamento e não aceitar o “orçamentozinho” que o Conselho lhe quer impingir. No respeito pelo mandato que receberam dos eleitores e usando os poderes de codificação que o Tratado de Lisboa lhes confere, os eurodeputados têm de dizer não a uma redução orçamental, porque menos investimento não gera mais crescimento e Estado Social e competitividade podem caminhar de mãos dadas. Tal como foi acordado no Conselho, o Quadro Financeiro Plurianual não pode ser aprovado. Lamentavelmente, o governo português também deu o seu aval ao “orçamentozinho” e ainda tentou cantar vitória. Começou por baixar de tal modo a fasquia que parecia possível transformar as perdas reais em ganhos virtuais. Em vez de defender os interesses de Portugal, o governo, uma vez mais, submeteu-se à hegemonia merkeliana e à ditadura da troika. Sem estratégia e a falhar todas as previsões, o governo qual naufrago em desespero vê em Merkel a sua tábuca de salvação e na troika o alibi para pôr em prática as suas ideias ultraliberais de ataque aos direitos sociais dos portugueses. Só que, ao contrário do que pensam os bem-sucedidos Ulrich, os portugueses não aguentam mais. Não, não



aguentam. E os sinais estão à vista. As vezes que, no passado dia 15, entoaram a “Grândola” nas galerias da Assembleia da República, lançaram um alerta que o governo deve ouvir. O governo cometerá um erro fatal se ignorar o significado do gesto. Não por acaso, dois dias depois, a “Grândola” foi entoada nas ruas de Madrid. A globalização também é isto. As novas tecnologias e as redes sociais são os novos adjuvantes do povo que, convém não esquecer, é quem “mais ordena” nas sociedades democráticas.

Dois discursos, duas visões da União Europeia

Vital Moreira

1. Nas últimas semanas ouviram-se dois importantes discursos políticos sobre o presente e o futuro da União Europeia; o de David Cameron, primeiro-ministro britânico, na Holanda, em 23 de janeiro; e o de François Hollande, presidente da República francesa, no plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo, em 6 de fevereiro.



Foram dois discursos com mensagens fortemente divergentes, aliás simbolizadas pelo facto de o chefe do governo britânico ter falado fora das instituições europeias e o chefe do governo francês ter discursado na instituição que, por ser diretamente eleita, melhor representa o que é hoje a União Europeia.

2. O primeiro-ministro britânico veio “ameaçar” com um referendo lá para 2017/18, se ganhar as eleições parlamentares britânicas de 2015, sobre a permanência do País na UE, anunciando que vai tentar renegociar o estatuto da Grã-Bretanha na União, de acordo com a visão que expôs no discurso: uma União centrada sobre o mercado interno, com menos regulação e mais flexibilidade, sem harmonização social e sem união política.

No fundo, Cameron quer ver regressar a União Europeia a 1992, a um simples exercício de integração comercial, sem a área de liberdade, segurança e justiça de Maastricht, sem a Europa social de Amesterdão, sem a Carta de Direitos Fundamentais de Nice, sem a Europa política de Lisboa.

Todavia, a União Europeia não é nem

pode voltar a ser -- se alguma vez o foi --, um simples mercado integrado. A eliminação das barreiras aduaneiras e a criação de um mercado sem fronteiras tem de ser acompanhada de um mínimo de convergência regulatória, da garantia de níveis básicos de proteção laboral e social (tempo de trabalho, proteção da maternidade, etc.) e de uma razoável harmonização fiscal, sem o que faltaria o “level playing field” que é essencial à concorrência das empresas, das regiões e dos países em pé de igualdade, sem “dumping” desregulatório, social e fiscal.

O Reino Unido já está fora do Euro, de Schengen, da Carta de Direitos Fundamentais e em grande medida da Europa social, porque desde o início fez valer um “opt-out” dessas vertentes da integração europeia. Não pode agora exigir voltar atrás mesmo naquilo que aceitou, criado para si um estatuto especial, como se estivéssemos numa União “à la carte”.

Sob o ponto de vista dos próprios inte-

resses britânicos, será estúpido a Grã-Bretanha deixar a União. Mas Cameron brinca com o fogo, se espera que a chantagem da saída pode levar os demais Estados-membros a fazerem as concessões que ele exige. Se as não obtiver – e não se vê como as pode conseguir –, corre bem o risco de ter de organizar o referendo sem nada na mão para “comprar” a euro-hostilidade dominante do outro lado da Mancha – e perder o referendo. A União Europeia é demasiado importante para ser instrumentalizada em jogos de oportunismo e de aventureirismo político.

3. O discurso de Hollande em Estrasburgo, poucos dias depois, está nos antípodas do de Cameron, parecendo ser em várias passagens uma resposta direta à comunicação deste.

Onde o primeiro-ministro britânico reduziu a integração europeia ao mercado interno, o Presidente francês declarou enfaticamente que a Europa não é só um mercado; onde o primeiro exigiu o “repatriamento” de competências atuais da União, Hollande defendeu o aprofundamento da união económica e monetária, com mais integração e mais solidariedade. Onde o chefe do governo britânico pediu menos regulação, o chefe do governo francês defendeu a união bancária e a inerente supervisão bancária unificada ao nível europeu. Onde o inquilino do nº 10 de Downing Street se manifestou contra a legislação laboral e social da União, o ocupante do Palácio do Eliseu insistiu em que a integração económica carece de um mínimo de harmonização dos níveis de proteção laboral e social.

4. Duas visões da Europa, portanto: de um

lado, uma visão economicista e liberal, de uma “Europa-mercado”; do outro, uma visão integrada, conjugando o mercado interno e a união económica e monetária (ou seja, o euro) com a Europa social e a Europa política.

Nem Cameron nem Hollande esconderam a sua visão crítica sobre a situação da União, ainda mergulhada na crise e no desemprego. Mas se o primeiro vê no regresso ao mercado interno e na desregulação social e ambiental a panaceia para a competitividade da economia, Hollande insiste em ver no investimento ao nível da União, na regulação financeira e no modelo social europeu a receita para o crescimento e o emprego.

E aqui nem um nem outro têm inteira razão. Se a competitividade não vale tudo, muito menos o sacrifício da Europa social e política, também o crescimento e o emprego não podem ser conseguidos sem uma economia competitiva e eficiente. O debate nos próximos anos da Europa, na convalescença da mais séria crise financeira e económica com que até agora se defrontou a União Europeia, será seguramente sobre como conciliar a indispensável disciplina orçamental e a competitividade da economia europeia com a necessidade de preservar o modelo social europeu e a coesão económica social e territorial.

Uns defendem menos integração, outros defendem mais Europa. Os dados da questão estão lançados pelos dois importantes discursos deste início de 2013. A campanha para as eleições europeias de próximo ano já começou!

Semestre europeu: recuos da direita

Elisa Ferreira

Os últimos dados relativos ao crescimento da economia e ao desemprego vieram apenas confirmar aquilo que se adivinhava: o impacto das medidas de austeridade é muito maior do que o previsto e, em grande parte da Zona Euro (sobretudo na sua periferia sul), está instalada uma espiral recessiva que impede a consolidação das contas públicas e começa mesmo a ameaçar a estabilidade política e social do projeto europeu.

Reféns de um dogmatismo que raia a pura ideologia, as instituições europeias têm sido relutantes em retirar as consequências naturais do desfasamento total entre expectativas e realidade, agora que o seguidismo de Portugal em relação ao “remédio” veio deitar por terra o argumento “made in Grécia” de que a ausência de melhorias se devia à teimosia do “doente” em não tomar a medicação; e aqui está o bom doente, tomado o xarope até à última gota, com uma recessão de 3.2% (em lugar dos 1.8% previstos) e um desemprego a rondar uns históricos 17% (em lugar dos 13% previstos, e sem contar com os que desistiram de se inscrever e com os que emigraram), abalada a fé e quase perdida a esperança.



De pouco nos serve o mal dos outros, mas, pelo menos, as companhias – no crescimento negativo do último trimestre de 2012 – da França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Finlândia, para além da Espanha, Itália, Grécia e Chipre provam que o problema é bastante mais complicado e “europeu” do que a dimensão “lusoportuguesa” que tantas acusações e insultos justificou. O problema (e a sua eventual solução) tem uma fortíssima componen-

te europeia, como ficou evidenciado com a intervenção do BCE na estabilização da dívida soberana; e, ou a Comissão e o Conselho alteram o ritmo e dimensão dos processos gerais de ajustamento, ou o descalabro europeu não será controlado. O momento crítico em que se definem as linhas mestras das perspetivas de crescimento para a Europa em 2013 é o Conselho Europeu da primavera (a primeira fase do “semestre europeu”), que

reunirá em março, no qual, com base na proposta da Comissão (AGS 2013), este Conselho adota as suas recomendações estratégicas e para as quais o Parlamento Europeu prepara uma posição. Enquanto relatora em nome do Comité Económico e Monetário desse contributo, considero que essa mensagem só teria utilidade, nas circunstâncias atuais, se claramente recomendasse que os processos de ajustamento em curso fossem revistos na sua dimensão, calendário e condicionalismos, utilizando até ao limite as margens de flexibilidade permitidas pela legislação europeia em vigor.

Estranhamente (ou não) a direita parlamentar, numa submissão total à ideologia ainda dominante, utilizou a maioria de votos que possui aliando-se aos eurocéticos para retirar do relatório qualquer menção clara e explícita neste sentido. E foi assim, porque o essencial da mensagem tinha desaparecido, que acabei, conjuntamente com a esquerda parlamentar, a votar contra e a pedir a remoção do meu nome de um relatório da minha autoria! Há momentos em que as roturas são mais saudias do que compromissos de submissão e mentira... Até que nível de degradação económica e social teremos de ir para que a realidade vença a demagogia?

UE: crise orçamental e crise moral

Ana Gomes

O Primeiro-ministro veio do último Conselho Europeu a proclamar que alcançou um bom resultado para Portugal sobre o orçamento plurianual da UE para o período 2014-2020, mas de facto os portugueses perderam. E a dobrar, porque todos os cidadãos europeus perderam.

Para Portugal, pior do que receber cerca de menos 10% no envelope financeiro da UE para investimento tão desesperadamente necessário neste quadro de devastadora crise, é que o Governo de Passos Coelho não tenha combatido o risco de o país ser sancionado e perder todos, ou parte, dos fundos estruturais se não conseguir cumprir a chamada “condicionalidade macro-económica”, decorrente da “regra de ouro” inserida no Pacto Orçamental, em condições ainda por definir. Matéria que o Governo opta por silenciar!...

A UE perde porque o projeto de orçamento plurianual acordado pelo Conselho é demonstrativo da falta de solidariedade, de coesão, de ambição, de visão estratégica para a Europa e ainda da incapacidade de extrinchar a UE da crise: é o primeiro orçamento da história da União que é inferior ao anterior. E representa apenas 1% da riqueza gerada nos 27 Estados Membros. É um “orçamento ilegal” como disse Martin Schultz, o Presidente do Parlamento Europeu, porque o Tratado de Lisboa não



permite um orçamento europeu com déficit – e o acordado pelo Conselho não chega para os compromissos.

A verdade é que, como foi logo dito pelos líderes das 4 maiores famílias políticas no Parlamento Europeu, “agora é que vai começar a verdadeira negociação”, pois, segundo o Tratado de Lisboa, não há orçamento plurianual sem acordo do PE.

Sabedor disso, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o Presidente

do Conselho Europeu voltam esta semana ao Parlamento Europeu: vão certamente aplicar-se a sublinhar como convém que o PE não atrase a entrada em vigor do acordado no Conselho, com base no argumento de que é o “acordo possível” e o próximo Quadro Financeiro é, apesar de tudo, decisivo como instrumento de investimento para a UE superar a crise.

Mas nós, neste Portugal sob resgate e supervisão da Troika, sabemos que não há investimento para combater a crise por razões mais de fundo, não por falta de recursos financeiros para investir, em Portugal e na UE.

E sabemos-lo porque parte substancial da riqueza produzida pelos portugueses, em vez de ser investida para fazer a economia portuguesa crescer e criar emprego, continua a ser apropriada e desviada para o exterior, a coberto da selva fiscal e da desregulação global que a direita dominante na UE faz florescer.

E por isso a Troika, que integra CE e BCE, fez e faz vista grossa à corrupção e às disfunções dos sistemas financeiro, fiscal e judicial que, em Portugal garantem impunidade a gangsters, agora também a aproveitar das privatizações impostas pela própria Troika.

Como se compreende que a Troika tenha endossado a amnistia fiscal de 2012 com que o Governo de Passos Coelho tratou de proteger indivíduos como o banqueiro

Ricardo Salgado - que se “esqueceu” de declarar ao fisco milhões que depositava na Suíça - e como os acionistas da SLN/Galilei, que não pagam os milhares de milhões que devem ao Estado à conta da fraude monstruosa do BPN?

O Governo permitiu-lhes, a uns e outros, legalizar os capitais no exterior, sem terem de os repatriar, mediante o pagamento de uma taxa ridícula de 7,5% e sem questionar sequer a origem desse património. E assegurou-lhes ainda o segredo da operação de “legalização” – ou seja, a proteção dos “investimentos” feitos fora de Portugal e contra os interesses de Portugal.

E a Troika fez e faz vista grossa, apesar de debaixo do seu nariz ver este mesmo Governo “investir” milhares de milhões dos contribuintes no buraco sem fundo do BPN, mesmo depois de ceder o que restava de valioso ao BIC pelo preço simbólico de 40 milhões de Euros.

Enfim, não venham os Srs. Barroso e Van Rompuy e os Governos chantagear o PE, procurando impedi-lo de melhorar significativamente o Quadro Financeiro Plurianual, a pretexto do investimento contra a crise que o Acordo do último Conselho Europeu representaria. Os portugueses sabem, pelo que a Troika vê, não vê e deixa de ver, que o déficit europeu mais do que orçamental, é de liderança política e de moralidade.